



Do desenvolvimento a segregação: O processo de urbanização em Triunfo – PE no séc. XX

From development to segregation: The urbanization process in Triunfo – PE in the 20th century

Del desarrollo a la segregación: El proceso de urbanización en Triunfo – PE en el siglo XX

Jefferson Allan da Silva [*]

[*] Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PGH) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduado em Licenciatura em História pela Autarquia Educacional de Serra Talhada (AESET). Bolsista com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: jeffersonallan27@gmail.com

Resumo: Este artigo investiga o processo de urbanização em Triunfo - PE durante a primeira metade do século XX, problematizando como esse período, embora associado ao progresso, promoveu segregação social, racial e espacial, no bairro Alto da Boa Vista, espaço formado a partir de negros, indígenas e trabalhadores pobres. O objetivo deste trabalho é analisar a segregação socioespacial e racial no processo de urbanização de Triunfo – PE, na primeira metade do século XX. A justificativa desse trabalho está na necessidade de revelar as práticas segregadoras na história do município a partir do processo de urbanização. A metodologia utilizada combina pesquisa documental, textos teóricos e entrevistas com moradores locais, buscando articular memória, experiência e materialidade do espaço. Parte-se da hipótese de que a urbanização em Triunfo, ao mesmo tempo que consolidou símbolos de modernidade, reforçou desigualdades históricas.

Palavras-chave: Urbanização; Segregação; Triunfo – PE.

Abstract: This article investigates the urbanization process in Triunfo - PE during the first half of the 20th century, problematizing how this period, promoted social and spatial segregation, especially in the Alto da Boa Vista neighborhood, inhabited mainly by descendants of formerly enslaved people. Its objective is to analyze the segregation of the Alto da Boa Vista neighborhood in the urbanization process of Triunfo – PE, in the first half of the 20th century. The justification for this work lies in the need to reveal the racist practices of exclusion in the municipality's history

through the lens of urbanization. The methodology combines documentary research, theoretical texts, and interviews with local residents, seeking to articulate memory, lived experience, and the materiality of space. The hypothesis is that urbanization in Triunfo, while consolidating symbols of modernity, reinforced historical inequalities.

Keywords: Urbanization; Segregation; Triunfo – PE.

Resumen: Este artículo investiga el proceso de urbanización en Triunfo - PE durante la primera mitad del siglo XX, problematizando cómo ese período, aunque asociado al progreso, promovió la segregación social y espacial, especialmente en el barrio Alto da Boa Vista, habitado mayoritariamente por descendientes de ex esclavizados. Tiene como objetivo analizar la segregación del barrio Alto da Boa Vista en el proceso de urbanización de Triunfo – PE, en la primera mitad del siglo XX. La justificación de este trabajo radica en la necesidad de revelar las prácticas racistas de exclusión en la historia del municipio a partir del proceso de urbanización. La metodología utilizada combina investigación documental, textos teóricos y entrevistas con residentes locales, buscando articular memoria, experiencia y materialidad del espacio. Se parte de la hipótesis de que la urbanización en Triunfo, al mismo tiempo que consolidó símbolos de modernidad, reforzó desigualdades históricas.

Palabras clave: Urbanización; segregación; Triunfo – PE.

Introdução

A urbanização das cidades, especialmente a partir do século XIX, foi marcada por uma profunda reconfiguração espacial orientada pelos ideais de progresso, ordem e modernidade burguesa. A nova cidade moderna passou a expressar fisicamente os valores das elites urbanas, com avenidas largas, praças geométricas e edifícios monumentais (Zucconi 2015), ao mesmo tempo em que relegava as classes populares a espaços periféricos, invisíveis e desvalorizados. Essa lógica de ordenamento urbano, embora frequentemente apresentada como neutra ou “necessária” ao desenvolvimento, carrega consigo marcas de exclusão, violência simbólica e hierarquização social.

Em Triunfo, Pernambuco, a adoção desses modelos de modernização urbana não se deu de forma isolada. Ao contrário, esteve profundamente conectada a uma tentativa de projetar a cidade como “civilizada” e alinhada a valores europeus, sobretudo com a construção de marcos arquitetônicos como o Cine Teatro Guarany e a Igreja Matriz. Porém, ao mesmo tempo em que consolidava símbolos de modernidade, Triunfo reproduzia dinâmicas de segregação, ignorando questões sanitárias e sociais a população negra, indígena e pobre que residia onde hoje é o bairro

Alto da Boa Vista¹, fixando em seu espaço de habitação um matadouro que deixava evidente qual era a forma que a elite triunfense olhava para os moradores do Alto.

É por esse motivo que a cidade deve ser entendida como um espaço de disputas de memória, poder e representações (Pesavento 2008). Esses espaços não são neutros: são moldados por decisões políticas que definem quem ocupa o centro, quem é visível e quem é silenciado. Nesse sentido, o caso do matadouro no Alto da Boa Vista exemplifica o que Moura (2019) conceitua o racismo presente na estrutura social como, a exclusão sistemática de determinados grupos do direito à cidade e à dignidade. Essa violência simbólica, traduzida em decisões aparentemente técnicas ou sanitárias, sustenta e legitima desigualdades históricas.

Mesmo a população do bairro Alto da Boa vista sendo tão importante para a construção e o desenvolvimento de Triunfo, seus moradores e o espaço que eles habitavam foram excluídos da sociedade triunfense. Por esse motivo, é necessário fazer os seguintes questionamentos. Por que o processo de urbanização de Triunfo foi utilizado como instrumento de segregação socioespacial e racial, impactando diretamente as populações que ocupavam os espaços menos valorizados da cidade? Como essa população marginalizada conseguiu subverter as relações sociais em meio ao racismo estrutural?

Buscando responder a esses questionamentos, gostaria de deixar claro que o objetivo deste trabalho não é falar de todos os prédios seculares da cidade, muito menos a importância dos seus idealizadores, o objetivo é analisar a segregação socioespacial e racial no processo de urbanização de Triunfo – PE, na primeira metade do século XX. Para isso será utilizado o método qualitativo, fazendo diálogos transdisciplinares entre ciências humanas, sociais e a oralidade da população do Alto².

Por esse motivo, a relevância deste trabalho está na necessidade de evidenciar as práticas segregadoras no processo de urbanização de Triunfo – PE, além de dar visibilidade às comunidades historicamente marginalizadas, contribuindo para o debate sobre direito à cidade (Lefebvre 2001), memória e as práticas discriminatórias na cidade de Triunfo – PE. Com isso, será possível compreender a relação entre urbanização e segregação em Triunfo – PE, ampliando o campo de estudos urbanos e históricos a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Parte-se, assim, da hipótese de que a urbanização em Triunfo ocorreu de forma articulada com a segregação,

¹ Durante o texto também será utilizado a expressão “O Alto” se referindo ao bairro, pois é assim que popularmente o espaço é conhecido.

² Para o desenvolvimento da pesquisa realizei entrevistas semiestruturadas com 5 moradores da população do bairro. Optei por preservar a identidade dos entrevistados, por isso, utilizei codinomes para identificar os entrevistados.

consolidando um modelo de cidade que não apenas organiza fisicamente o território, mas também naturaliza desigualdades e perpetua exclusões.

Da Europa a Triunfo – PE: o processo de urbanização

Ao analisar a formação das cidades modernas, é perceptível que o século XIX foi decisivo para transformar os espaços urbanos em estruturas cada vez mais complexas (Zucconi 2015). Esse processo esteve profundamente relacionado à ascensão da burguesia, classe que, desde os séculos anteriores, vinha revolucionando o Velho Continente e que, ao longo do oitocentos, consolidou-se como hegemônica nos campos econômico, político e cultural, moldando os rumos da modernidade europeia. No contexto urbano, essa classe impôs novos padrões de organização espacial baseados na funcionalidade, na higiene, na circulação e no controle social, redefinindo a cidade segundo seus interesses materiais e simbólicos.

A compreensão desse processo se aprofunda a partir da leitura marxista da cidade desenvolvida por geógrafo David Harvey. Em *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (2014), o autor afirma que: “O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização” (Harvey 2014, 30). Essa ligação é responsável pelo desenvolvimento da cidade moderna pensada pelo poder burguês, produzindo um novo ordenamento urbano que naturaliza desigualdades sociais em prol de um suposto “desenvolvimento” materializado concretamente em ruas largas, praças simétricas e edifícios imponentes. Assim, a urbanização não pode ser compreendida apenas como um processo técnico ou estético, mas como uma prática social profundamente marcada pelas relações de classe.

É importante destacar que esse processo de urbanização das cidades europeias não foi uniforme nem simultâneo, ocorrendo de formas distintas e em períodos variados. Guido Zucconi na obra *A cidade do século XIX* (2015) explica que a Inglaterra, palco da Primeira Revolução Industrial, foi o primeiro país a experimentar transformações urbanas aceleradas, impulsionadas pela industrialização e pelo intenso fluxo populacional em direção aos centros urbanos. Pouco tempo depois, França, Alemanha, Itália e outros países europeus passaram por processos semelhantes, cada qual com suas especificidades históricas e sociais. Nesse cenário, um dos modelos de urbanização que mais se destacou foi o parisiense, que, segundo Guido Zucconi (2015, 52), “representa o caso extremo de desenvolvimento promovido pelo sistema público no qual tudo, do desenho das plantas ao ciclo de investimentos, foi ativado pela ação do Estado”.

O processo de reconfiguração urbana em Paris ficou marcado pelas reformas conduzidas por Georges-Eugène Haussmann, a partir da década de 1850 (Zucconi 2015, Harvey 2014). Essas intervenções atenderam diretamente aos interesses da elite parisiense e não tinham como objetivo apenas o embelezamento da cidade, mas também sua “pacificação”, ao afastar as populações pobres das áreas centrais e dificultar insurreições populares, como aquelas que marcaram a Revolução de 1848. A remodelação urbana, nesse sentido, operou como uma estratégia de reorganização espacial do conflito social, utilizando o urbanismo como instrumento de controle e dominação.

Essa experiência tornou-se referência para diversos projetos de modernização urbana ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador passaram por reformas inspiradas diretamente nos princípios haussmannianos de “civilização” e “modernidade”. Essa introdução do modelo de cidade moderna no território brasileiro ocorreu de forma articulada a profundas transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram o final do século XIX e o início do século XX.

A abolição da escravização, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, redefiniram o Estado brasileiro, mas não significaram a incorporação da população negra liberta à cidadania plena (Oliveira; Oliveira 2015). Diferentemente do contexto europeu, em que a urbanização esteve fundamentalmente vinculada à consolidação do capitalismo industrial e à luta de classes, no Brasil esse processo incorporou um elemento adicional e estruturante: a questão racial, que passa a organizar de maneira decisiva a produção do espaço urbano.

O sociólogo Clóvis Moura (2019) demonstra que a abolição ocorreu sem qualquer política de reparação ou integração social, lançando os ex-escravizados à marginalização estrutural. Privada de acesso à terra, ao trabalho e à moradia, a população negra foi excluída dos benefícios da modernização urbana desde seus primeiros momentos. Essa exclusão inicial repercutiu diretamente na organização das cidades, contribuindo para a formação de áreas segregadas e consolidando um padrão urbano marcado pela desigualdade racial e social.

Em diálogo com o pensamento de Clovis Moura, Reinaldo José de Oliveira e Regina Marques de Souza Oliveira (2015), afirmam que a segregação racial no Brasil tem origem direta nesse período pós-abolição, quando o Estado e as elites urbanas promoveram transformações espaciais que beneficiaram determinados grupos sociais em detrimento de outros. A população negra foi sistematicamente afastada dos espaços centrais modernizados e empurrada para áreas precárias, pouco valorizadas e carentes de infraestrutura, consolidando uma urbanização marcada por critérios raciais e sociais.

O geógrafo Milton Santos (1979) contribui para essa análise ao evidenciar que a urbanização brasileira se desenvolveu de maneira desigual e seletiva. Em *A urbanização brasileira* (1979), o autor demonstra que o crescimento urbano, associado ao êxodo rural e às tentativas de industrialização, produziu cidades fragmentadas, nas quais centros bem equipados coexistem com periferias desprovidas de serviços básicos e investimentos públicos.

Essa leitura é aprofundada no campo da arquitetura e urbanismo com Ermínia Maricato (2000) e Raquel Rolnik (1997), que demonstram como o planejamento urbano no Brasil atuou historicamente como instrumento de ordenamento social e exclusão. A reorganização das cidades, materializada na construção de prédios modernos, na requalificação de áreas centrais e na redefinição da malha viária, foi acompanhada por políticas de remoção de cortiços, favelas e habitações populares.

Sob o discurso da modernidade, da salubridade e da ordem, essas intervenções contribuíram para afastar populações negras e pobres dos espaços valorizados, consolidando um padrão de segregação urbana que articula classe e raça. Assim, a cidade brasileira moderna se constitui como um espaço de contradições, no qual o desenvolvimento urbano caminha lado a lado com a produção e a reprodução das desigualdades sociais e raciais.

Esse debate crítico sobre o processo de urbanização e a segregação socioespacial e racial não fica apenas no campo de Geografia, Arquitetura e Urbanismo, História e Ciências Sociais, está presente em várias outras áreas. Na literatura, por exemplo, esse processo foi tematizado na obra “*O cortiço*”, onde Aluísio Azevedo (2019) descreve e critica o processo de transformação urbaniza do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, evidenciando a desigualdade social e as condições que os trabalhadores excluídos se submetiam.

Essa literatura, ao lado de autores como Walter Benjamin (1994) e Michel de Certeau (1998), contribui para compreender que a cidade moderna, apesar de promover progresso, produziu um espaço fragmentado, onde o direito à cidade, conforme afirma Lefebvre (2001), foi restringido a determinados grupos sociais. A estética urbana, feita de praças e monumentos contrasta com os becos, os cortiços e os matadouros, lugares ocultos do projeto moderno, mas essenciais à sua engrenagem.

Ao refletir sobre isso, comprehendo que os modelos de urbanização herdados do século XIX contribuíram e continuam a influenciar nossa forma de excluir grupos sociais inteiros das decisões sobre o espaço urbano. Pesavento (2008) ressalta que a cidade é um espaço social e político marcado por disputas de poder e construção de memória, evidenciando as tensões e exclusões

presentes no ambiente urbano. Essa visão dialoga com Le Goff (2011), para quem o espaço urbano é uma arena onde o poder político se manifesta e se reproduz, moldando as práticas sociais e as relações entre grupos sociais.

Caminhando para além do campo político, as cidades como afirmam autores como Calvino (1990) e Pesavento (2008), não se constituem apenas por ruas e edificações, mas por afetos, memórias e disputas simbólicas. Calvino (1990), em *As cidades invisíveis*, nos mostra que cada cidade tem uma alma múltipla e contraditória, que se revela nos desejos e nos medos de seus habitantes. Já Pesavento (2008) analisa como a memória urbana é construída a partir de seleções, que silenciam determinadas histórias e subjetividades.

Assim, concluo que o processo de urbanização no século XIX, embora carregado de promessas de progresso, incorporou e reforçou estruturas de exclusão. Ao estudar esse período, percebo que é fundamental escutar as vozes silenciadas pela modernidade urbana. É a partir dessas vozes que podemos repensar os sentidos de cidade, patrimônio e justiça urbana. Dentro dessa reflexão, Triunfo, no sertão pernambucano, apesar de se tratar de uma pequena cidade no interior do estado não se insere como uma exceção, pelo contrário, os resquícios da urbanização europeia como produto burguês comercial que ao mesmo tempo que busca o desenvolvimento do centro urbano, segregar e silencia os grupos marginalizados, está nitidamente presente no centro da cidade e nos bairros marginalizados.

A urbanização de Triunfo - PE no século XX

Ainda na primeira metade do século XX, as influências do urbanismo europeu passaram a marcar presença na cidade de Triunfo³. Conhecida por suas belezas naturais, clima ameno e pelo potencial turístico, a cidade começou a experimentar mudanças significativas em sua configuração espacial logo após sua emancipação política, ocorrida em 1884. Essas transformações refletiam não apenas uma tentativa de modernização e embelezamento urbano nos moldes europeus, mas também a adoção de valores excludentes, profundamente enraizados em projetos de higienização e controle social. Nesse contexto, os princípios eugenistas, fortemente disseminados entre as elites brasileiras da época, influenciaram diretamente as práticas de ordenamento do espaço, contribuindo para a marginalização das populações negras, pobres e descendentes de indígenas.

³ Localizada na macrorregião do sertão pernambucano, mas especificamente na microrregião do Pajeú, o espaço recebeu seus primeiros habitantes no início do século XIX, com a chegada de indígenas sob liderança de uma missão católica. Com a morte do líder catequizador em 1824 os indígenas se dispersaram, facilitando a chegada de novos habitantes que foram atraídos pelo clima ameno e terra propicia para agricultura. Com a chegada de famílias influentes o local começou a se desenvolver, como consequência, em 1871 o espaço foi elevado à categoria de Villa do Triunfo e em 1884 conseguiu a emancipação política sendo elevado à categoria de cidade.

Em paralelo ao processo de desenvolvimento urbano de Triunfo surgiu o Alto da Boa Vista, devido à crescente demanda por mão de obra destinada aos trabalhos mais pesados e desvalorizados. Segundo (Jane 2025)⁴ os primeiros habitantes do bairro são negros oriundos de regiões quilombolas do Livramento e das Águas Claras, que diante da distância em relação aos locais de trabalho, passaram a erguer casas de taipa em um morro situado nas proximidades das principais vias da cidade. Gradualmente, o espaço foi sendo ocupado por uma população majoritariamente composta por negros, indígenas e trabalhadores pobres, que encontraram naquele território a possibilidade de permanência urbana, ainda que à margem da cidade formal.

Desde sua formação, o Alto foi marcado por um processo de exclusão estrutural, isso ficou evidente nas cinco entrevistas realizadas. Embora sua população fosse fundamental para a materialização das influências urbanísticas e dos projetos de modernização idealizados pela elite local, o poder público ignorou sistematicamente suas demandas por infraestrutura, serviços básicos e reconhecimento institucional. Conforme analisam Oliveira; Oliveira (2015, 6), esse padrão de segregação racial e social não é episódico, mas constitutivo da urbanização brasileira, na qual grupos racializados são incorporados como força de trabalho, ao mesmo tempo em que são excluídos do direito pleno à cidade.

Nesse contraste entre o centro de Triunfo e o Alto, é fundamental considerar que, para além da questão racial, assim como ocorreu nas cidades europeias e nos grandes centros urbanos brasileiros as dimensões das classes sociais desempenhou papel central no processo de urbanização local, logo o urbanismo em Triunfo foi impulsionado sobretudo por comerciantes e setores economicamente privilegiados que “ironicamente” também estiveram presente na política local. Entre as figuras que se destacaram nesse processo estão os primos Manoel Siqueira Campos e Carolino Campos, ambos comerciantes que prosperaram economicamente e buscaram promover o desenvolvimento da cidade, contribuindo para que Triunfo fosse reconhecida como a “Corte do Sertão”.

Segundo André Vasconcelos (2018), no ano de 1916, com apoio do governo do estado, os primos inauguraram a rodovia Rio Branco⁵ que liga Triunfo a cidade de Flores – PE, trecho extremamente importante para desenvolvimento do comércio no município. Nilda Campos (2003) em sua obra enaltece o protagonismo de Manoel e Carolino que segundo ela, foram prefeitos de Triunfo nas primeiras décadas do século XX. Foi justamente nesse contexto que a cidade recebeu as

⁴ Jane (41 anos, artesã, produtora cultural, dentre outras atividades no campo da cultura) foi a primeira entrevistada, moradora do Alto desde o nascimento, ela explicou durante a entrevista que tem descendência cariri e quilombola por parte de pai.

⁵ Popularmente conhecido por Serra do Brocoto.

principais influências urbanísticas vindas da Europa que ajudaram a desenvolver o centro cidade, mas também a segregar ainda mais a população negra, indígena e trabalhadora, em especial a que residia no Alto.

Ao chegar no centro histórico de Triunfo nos dias atuais fica evidente a forte influência arquitetônica europeia do início do século XX. Entre os principais símbolos dessa urbanização planejada está o Cine Teatro Guarany⁶, inaugurado em 1922, cuja arquitetura segue o estilo eclético, com predomínio de elementos neoclássicos. A estrutura em alvenaria de pedra e cal⁷, combinada com detalhes decorativos, demonstra uma tentativa deliberada de inserir Triunfo em uma rede simbólica de cidades “civilizadas”, em diálogo com os valores estéticos das elites culturais da época. Segundo Wanessa Campos (2023), escritora e parente de Manoel e Carolino, a planta do prédio foi encomendada a um arquiteto francês, que infelizmente não foi identificado, mas cuja influência francesa é perceptível na composição simétrica da fachada, nos ornamentos e nas proporções elegantes do edifício.

A localização do Cine Teatro Guarany no centro histórico reforça sua função de elemento estruturador da vida urbana, funcionando como ponto de convergência cultural e social. Além de abrigar apresentações teatrais e cinematográficas, o edifício participou ativamente do cotidiano da cidade, consolidando o espaço central como local de prestígio e sofisticação. O teatro, portanto, não era apenas um equipamento de lazer, mas um símbolo do projeto de modernização urbana que visava conferir identidade estética e cultural ao núcleo urbano, reforçando hierarquias entre centro e periferia.

Apesar da imponência e da beleza arquitetônica do Cine Teatro Guarany, seu espaço foi historicamente destinado à elite triunfense, funcionando como um símbolo de prestígio e sofisticação, inacessível para grande parte da população de bairros e comunidades como o Alto. Questões financeiras eram apenas uma das barreiras; como recorda uma das entrevistadas, “sempre que alguém daqui de cima ia para lá (Guarany) era insultado ou as pessoas ficavam olhando com cara de insatisfação, por isso passamos a ir para outros lugares menos preconceituosos” (Dona Maria, 2024)⁸.

⁶ Em alguns momentos utilizarei apenas Guarany, pois é assim que a população local se refere ao prédio. Segundo Nilda Campos (2003, 14) o nome do Cine e Theatro foi dado por Carolino Campos devido seu encanto pela “‘Abertura’ da ópera O GUARANY de Carlos Gomes”.

⁷ Alguns moradores e memorialistas afirmam que foi utilizado óleo de baleia na construção, mas não encontrei nada que comprove essa informação.

⁸ Dona Maria foi a terceira entrevistada (62 anos, aposentada) de forma crítica analisou as transformações que o Alto passou na segunda metade do século XX.

Esse relato revela que a centralidade cultural do teatro não se estendia a todos, evidenciando a desigualdade no acesso aos bens simbólicos da cidade e reforçando o contraste entre o centro planejado e os bairros periféricos. Assim, enquanto o Guarany consolidava a ideia de Triunfo como cidade civilizada e moderna, o Alto da Boa Vista permanecia à margem dessa narrativa, reafirmando uma segregação urbana que atravessava tanto o espaço físico quanto as experiências cotidianas de seus moradores.

Figura 01. Registro do Cine Theatro Guarany de dezembro de 1966



Fonte: Blog Opinião de Triunfo, 2017. Disponível em: <https://opiniaotriunfodigital.blogspot.com/2017/02/icon-e-da-historia-e-da-cultura.html>.

Figura 02. Registro feito em fevereiro de 2023, meses após a reinauguração do cine teatro Guarany



Fonte: Registro de Felipe Souto Maior disponível no site da Folha PE. <https://www.folhape.com.br/cultura/teatro-cinema-guarany-celebracao-de-101-anos-de-historia-tera-filmes/258792/>

Assim como o Guarany, outro elemento fundamental na composição do centro histórico triunfense é a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, cuja construção foi iniciada em 1926⁹ e finalizada em 1928 por Monsenhor Elizeu Diniz, ela é uma mistura de estilos arquitetônicos, como o neoclássico, barroco e o gótico. Marcada por uma torre central com frontão e cruz, além de portas e janelas em arco ogival, a igreja exerce um papel estruturador tanto no imaginário religioso quanto na organização espacial da cidade. Em seu entorno, surgem casarões com porões altos, janelas com molduras de madeira e balcões de ferro, que compõem um tecido urbano marcado pela simetria e pelo controle estético dos espaços centrais.

⁹ No local da igreja existia uma capelinha que foi substituída pelo moderno e imponente projeto arquitetônico religioso.

A integração da Igreja Matriz à malha urbana do centro histórico reflete diretamente princípios de planejamento observados nas cidades europeias do século XIX, onde templos e praças funcionavam como núcleos organizadores do espaço urbano. Com uma praça a sua frente e cercada por casarões e casarios com fachadas harmoniosas, que seguem uma lógica de simetria e hierarquia visual que guia o olhar e a circulação. A Igreja Matriz da cidade segue essa configuração que cria um efeito de centralidade, destacando o templo como ponto focal e conferindo coesão ao tecido urbano, ao mesmo tempo em que estabelece referências claras para o posicionamento de comércio, serviços públicos e residências de famílias influentes. A prova de sua influência está também na feira livre que se instala nas ruas em sua volta durante os sábados e que antecede a emancipação da cidade.

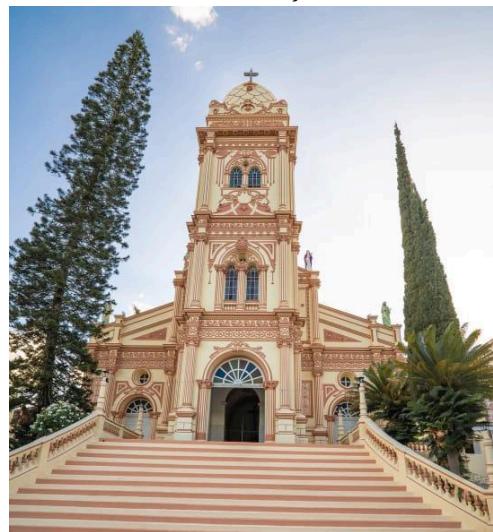
Desse modo, a Igreja Matriz atua não apenas como marco religioso, mas como elemento estruturador da cidade, articulando a dimensão simbólica com a ordenação física do espaço. Esse conjunto de edificações forma o centro histórico, onde se localizavam os principais serviços públicos, o comércio e as residências das famílias influentes, estabelecendo uma clara diferenciação em relação aos bairros periféricos como é o caso do Alto. A estética urbana, portanto, funcionava como linguagem visual de poder, ao mesmo tempo em que ajudava a demarcar fronteiras sociais e raciais (Oliveira e Oliveira 2015).

Figura 03. Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores em 1943



Fonte: Blog Opinião de Triunfo 2018. Disponível em: <https://opiniaotriunfodigital.blogspot.com/2018/12/registro-fotografico-igreja-matriz-de.html>.

Figura 04. Registro feito em dezembro de 2024 após a igreja passar por uma reforma e revitalização



Fonte: Essa fotografia foi tirada pelo fotógrafo profissional triunfense Juan Feres

Além desses dois prédios simbólicos na cidade de Triunfo, podemos destacar inúmeros outros que ganham destaque na malha urbana da cidade no mesmo contexto (primeira metade do século XX), como por exemplo, o Colégio Stella Maris construído por irmãs da ordem Maristela que vieram da Alemanha na década de 1940, o Convento São Boa Ventura que foi construído na mesma década com finalidade ser uma escola apostólica. O planejamento e alargamentos das duas principais vias comerciais¹⁰. O prédio construído por Manoel Siqueira Campos, a princípio como residência, atualmente utilizado como Centro de Cultura Padre Ibiapina (CCPI), além de inúmeros outros casarios com suas fachadas extravagantes que estão presente no centro histórico da cidade.

Figura 05. Na imagem é possível ver o centro da cidade e o bairro Alto da Boa Vista¹¹



Fonte: Captura de imagem do Google Earth em 14 de setembro de 2025.

Em oposição a esse núcleo simbólico e monumental, encontra-se o matadouro público construído no bairro Alto da Boa Vista, em 1927. Erguido em uma área elevada e afastada do centro, tradicionalmente habitada por populações negras e pobres, o equipamento público revela a faceta excludente da política urbana. A escolha desse local para o matadouro não foi neutra: além de afastar os maus odores do centro, reafirmava simbolicamente a posição marginalizada desses grupos no espaço urbano.

¹⁰ Atualmente chamadas de Av. Getúlio Vargas (Rua do Fiado) e Rua Manoel Pereira Lima (Rua Grande)

¹¹ Na imagem, observa-se o centro histórico da cidade e o bairro Alto da Boa Vista. As letras A e B indicam duas ruas que constituem as principais artérias urbanas, onde se concentra o comércio local. A letra C assinala o Arruado Padre Ibiapina, considerada a rua mais antiga da cidade, responsável por ligar o lago à Igreja Matriz. Já os números destacam pontos de referência relevantes: 1 – Cine Theatro Guarany; 2 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores; 3 – Centro de Cultura Padre Ibiapina; 4 – Stella Maris (em localização mais afastada); 5 – prédio da antiga Cadeia, atualmente utilizado pelo Sesc como Fábrica de Criação Popular; e 6 – antigo matadouro, onde hoje funciona a Casa do Careta.

O prédio do matadouro, embora de construção mais simples em comparação com os outros citados, seguia padrões funcionais da época, com telhado de duas águas, estrutura em alvenaria e aberturas amplas para ventilação. Seu posicionamento urbano está diretamente ligado a questões raciais e socioespaciais em que decisões técnicas e administrativas são atravessadas por lógicas de exclusão racial e social. Assim, a urbanização triunfense, está longe de ser um processo exclusivamente técnico ou estético, foi também um mecanismo de reprodução das desigualdades históricas, estruturando a cidade de forma hierarquizada e racializada.

Figura 06. Podemos ver o matadouro a esquerda, se trata de um registro da segunda metade do século XX



Fonte: Registro do acervo pessoal de Iêdo Ferraz.

Figura 07. Se trata de uma fotografia feita em 2019 após o matadouro passar por reforma e se tornar a casa do careta, local destinado a história e desenvolvimento do personagem.



Fonte: Registro retirado do Blog Opinião de Triunfo. Acesso em:
<https://opiniaotriunfodigital.blogspot.com/2019/07/exposicao-na-casa-do-careta-conheca.html>

O matadouro representou, durante décadas, um espaço central na dinâmica econômica e social de Triunfo. Com base nas falas dos entrevistados, o espaço era mais do que um local de abate, era o ponto de sustentação de inúmeras famílias que encontravam na “matança” uma forma de sobrevivência e organização comunitária. A transmissão do ofício de pais para filhos, que se tornavam marchantes, construiu uma tradição que unia gerações em torno do trabalho com o gado, conferindo ao bairro um papel fundamental na vida produtiva da cidade, como relatou Maria de Souza ¹², “tudo que a gente conseguiu na nossa família foi através da matança” (Maria de Souza 2025), evidenciando o quanto a atividade se tornou base material e simbólica da vida no Alto.

Entretanto, o funcionamento do matadouro também deixou marcas profundas no espaço urbano e no cotidiano da comunidade. O cheiro forte, resultado das fezes, do sangue e dos restos de animais, era parte da rotina das famílias, que conviviam com uma paisagem impregnada pelos resíduos do abate. “Mal cheiro existia né? Porque era as fezes dos bois, era o sangue dos bois, de qualquer maneira ia ter mal cheiro, mesmo fazendo toda a limpeza” (Maria de Souza 2025), recorda a mesma entrevistada. Essa experiência cotidiana reforça como o bairro foi historicamente destinado às atividades vistas como “sujas”, em oposição ao centro da cidade, valorizado pela estética e pela noção de progresso.

As falas de Maria de Souza e Jane dialogaram acerca das atividades no matadouro, segundo as entrevistadas o espaço era utilizado como açougue, matança dos animais e a venda da carne. Os dias de maior movimentação era a sexta quando os trabalhadores matavam os bichos e o sábado que era dia de feira na cidade e por isso a lateral do matadouro ficava repleta de cavalos e jumentos das pessoas que iam comprar a carne. Mestre Nino (2024)¹³ explica que como na época não tinham reservatórios de resfriamento e congelamento (Freezer e Geladeiras), os trabalhadores utilizavam o sal para não perder a carne, por isso o prédio também era conhecido por salgadeira.

Esse uso constante de sal nas práticas de conservação da carne marcou definitivamente as casas do bairro: “hoje nossas casas é tudo cheia de salmoura, por causa da salgadeira. Até a igreja matriz se você passar a mão nos pilares e colocar na boca é sal puro” (Maria de Souza 2025). Essa memória evidencia como a atividade deixou marcas materiais no território e ao mesmo tempo reafirma a relação de pertencimento da comunidade com esse espaço.

¹² Maria de Souza (75 anos, aposentada), quarta entrevistada, viu toda sua família presente nas atividades do Matadouro.

¹³ Mestre Nino (54 anos, artesão, artista e servidor público) foi o segundo entrevistado. É considerado uma das maiores referências da cultura triunfense.

Percebi também nas falas dos entrevistados o valor sentimental que o prédio carrega para população do bairro, que é o que Pierre Nora (1993, 13) chama de lugares de memória. Pois apesar do impacto ambiental e social do matadouro, o prédio se tornou um símbolo (Chartier 2002)¹⁴ do bairro, sendo utilizado para várias atividades culturais e sociais a partir da última década do século XX (Jane 2025). Mesmo diante do estigma e do preconceito, o matadouro simbolizou a capacidade do Alto da Boa Vista de transformar adversidades em identidade e produção cultural, tornando-se berço de blocos carnavalescos, tradições e artistas que moldaram a história de Triunfo.

Alto-Cultura: um espaço de resistência

Assim como a elite local escreve livros e fazem declarações enaltecendo o Cine – Teatro Guarany, a população do Alto traz consigo em suas memórias coletivas (Halbwachs 2006)¹⁵ e experiências relatos sobre o prédio do Matadouro. Por isso, apesar do matadouro ter uma finalidade racista e segregador, um mecanismo de subordinação dos moradores a um ambiente insalubre. A narrativas dos moradores do bairro também revelam um espaço de resistência e de afirmação comunitária. O bairro consolidou práticas informais de sociabilidade e modos de produção cultural que desafiaram o impacto negativo do equipamento. Esse processo se assemelha ao que Pesavento (2008) chama de construção da memória urbana a partir das práticas cotidianas, onde até o matadouro, símbolo de exclusão, faz parte da história viva do lugar.

Todavia, é importante deixar claro que o preconceito não esteve apenas na implementação do prédio. A marginalização do bairro também se expressa em termos simbólicos e linguísticos. A população local, em especial os descendentes de negros escravizados, passaram a ser pejorativamente chamados de "os negos da Matança" como explica Mestre Nino em entrevista realizada em 2024:

antigamente chamavam a gente de os negos da matança, no oitão de onde atualmente é a Casa do Careta, era o matadouro, era um açougue, chamada salgadeira. Não tinha energia elétrica aí tudo era conservado no sal, era a matança, porque matavam gado lá. E tinha esse preconceito: 'lá vem os negos da matança e tal'. Quando a gente passava com o berimbau para treinar, porque a gente não tinha lugar certo, eles diziam: 'lá vai os vagabundos' (Mestre Nino 2024).

Esse insulto racializado expressa não só a associação da negritude com a sujeira e a morte, mas também uma tentativa de desumanizar e inferiorizar os moradores da região. Tal alcunha carrega o peso de séculos de discriminação, sendo perpetuada no imaginário local como forma de

¹⁴ Para Chartier (2002, 19) símbolo são todos "os signos, actos ou objectos, todas as figuras intelectuais ou representações colectivas graças aos quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural.

¹⁵ Para Halbwachs em sua obra *Memória Coletiva* (2006) memória coletiva não é a soma de lembranças individuais, mas um processo social, construído e organizado pelos grupos aos quais o indivíduo pertence.

marcar a inferioridade social e étnica do bairro. O próprio nome "Matança", além de remeter à prática do abate, torna-se metonímia de exclusão e marginalidade. Como afirma Moura (2019), o racismo se inscreve não apenas nos discursos, mas nos espaços e nas materialidades. O matadouro, permanece como testemunho arquitetônico dessa violência histórica.

Para resistir a esse processo de marginalização o negro fez uso da cultura, podendo destacar nesse sentido os Caretas, figura folclórica que surgiu em Triunfo – PE por volta de 1917 e se desenvolveu nas décadas seguintes nos períodos de carnaval, com protagonismo da população do Alto. Utilizando roupas antigas e trecarias se fantasiavam, colocavam uma máscara, chapéu de palha personalizado e com o relho¹⁶ nas mãos saiam brincando pelas ruas e chamando atenção da população. No final do século XX, Triunfo começou a se desenvolver como uma cidade polo do turismo no estado, aumentando a chegada de visitantes atraídos pelo clima e belezas naturais e históricas. É nesse contexto que as expressões culturais desenvolvidas no Alto começam a chamar atenção e passando a ser mais valorizada. Foi nesse contexto que

O Careta transcendeu a figura carnavalesca e transformou-se em uma imagem com uma carga simbólica expressiva, estampada em fachadas de empresas, em embalagens de produtos locais. Nessa perspectiva, situamos a imagem do Careta também como uma fonte geradora de renda para o local. (Santos e Lucena Filho 2017, 237).

É nesse cenário que os produtores culturais do Alto passaram a ser integrados na sociedade triunfense, conseguindo com isso, subverter as relações raciais na cidade. Mas como afirma Mestre Nino em entrevista realizada “é um trabalho que vem sendo feito devagarzinho, é difícil, o preconceito não se acabou”. Assim como Nino, na entrevista com Nice¹⁷, ela afirma que o preconceito “ainda tem, mas não é como antes. Porque quando fala ‘a tem uma casa na matança para alugar’ o povo já responde ‘ah, na matança eu não quero!’” (Nice 2024). Porém os avanços são perceptíveis e um excelente exemplo dessas transformações sociais está justamente na função do Matadouro.

O prédio que fica logo na entrada do bairro marginalizado foi desativado no início dos anos 1990 justamente por não atender as necessidades mínimas de higiene e limpeza. Em uma tentativa de apagar os atos racistas e de classe, principalmente pelo fato da cidade se tornar um polo do turismo do estado e o Alto ser o espaço que sustenta a cultura triunfense. A prefeitura passou a incentivar as atividades na comunidade, fazendo uma integração dos moradores a sociedade triunfense, um exemplo disso é que no ano de 2019 o prédio que foi construído como matadouro foi reformado, revitalizado e ressignificado, se tornando o Museu e Casa do Careta. Espaço utilizado

¹⁶ Chicote, feito atualmente com corda industrial.

¹⁷ Nice foi a quinta entrevistada (39 anos, merendeira escolar)

para disseminar a história do careta e incentivar as crianças a manter viva a tradição cultural do brincante.

Apesar de ficar evidente o interesse público na expansão do turismo e venda da cultura gerada no espaço, é necessário valorizar as conquistas da população negra que conseguiu subverter o racismo na cidade e conquistar condições de humanidade que praticamente não existiam há um século atrás. Ressalto também que a população do Alto tem consciência dos interesses do setor comercial e público e entendem que as conquistas não são frutos de uma benevolência da branquitude, mas sim de resistência, de luta. Dona Maria deixa isso claro durante a entrevista:

Toda vida chamaram a gente de as negas da matança, hoje é que eles têm mais medo de chamar, mas toda vida nós foi conhecido na rua como nega da matança. Aqui até hoje o povo quer meter a língua na gente... Aqui a maioria do povo é Artesão, coisa que lá em baixo não tem né? Porque a cultura nossa aqui em cima é artesanato só que não somos reconhecidos direito por que? Porque nós mora no Alto. Isso daqui não tinha calçamento, tudo era só mato, pedra... hoje nós tem isso daqui, que por sinal tá servindo mais para os turistas do que para nós. Ai o povo não vê que o povo hoje ta correndo para o Alto. Enquanto nós somos matanceira (Dona Maria 2024).

Mesmo entrevistando os moradores em datas e espaços diferentes, suas falam dialogam, se encontram, e ao se encontrar, ecoam como o estralo do relho; gritam, como fazem as crianças nos jogos de futebol; se entrelaçam, como os corpos negros na roda de capoeira; se conectam, como os batuques das cambindas com suas baianas ao descer as ladeiras; essa conexão é o que faz do Alto, resistência. É o que faz do Alto Cultura.

Considerações finais

Após a análise desenvolvida ao longo deste trabalho, fica evidente que o processo de urbanização de Triunfo – PE não se resume ao avanço arquitetônico e funcional, ele se revela como um projeto carregado de intencionalidades políticas, sociais e simbólicas. A escolha de implantar o matadouro no Alto da Boa Vista, por exemplo, demonstra como certas intervenções urbanas podem reforçar desigualdades, marginalizar territórios e consolidar práticas de segregação socioespacial e racial.

Percebe-se que a lógica de modernização adotada, inspirada nas reformas urbanas europeias do século XIX, foi utilizada como ferramenta para hierarquizar espaços e populações, legitimando exclusões e invisibilizando histórias locais. A cidade, longe de ser neutra, torna-se palco de disputas pelo poder, pela memória e pelo direito de existir e resistir.

Dessa forma, a escrita deste trabalho evidencia que compreender o urbano vai além de observar ruas, praças e edifícios: é necessário enxergar os sujeitos que habitam esses espaços, suas lutas e suas estratégias de sobrevivência. Ao resgatar essas narrativas, reafirma-se a importância de

uma história social e cultural que dê voz aos sujeitos historicamente silenciados e questione as formas de exclusão ainda presentes no tecido urbano.

A análise também aponta para a necessidade de repensar o modo como se constrói a memória da cidade. Triunfo, ao longo de sua história, foi exaltada como “cidade que triunfou”, uma narrativa que privilegia a elite local e oculta os conflitos sociais internos. O Alto da Boa Vista, com sua forte contribuição cultural e histórica, aparece muitas vezes apenas como apêndice, e não como protagonista. Resgatar essas memórias significa desafiar o mito da harmonia social e reconhecer os efeitos de uma urbanização seletiva.

Outro ponto importante é a forma como o racismo se materializa no espaço. O caso do matadouro, implantado em um bairro de população negra e pobre, não deve ser lido como um acaso, mas como parte de um processo mais amplo que associa determinadas comunidades à sujeira, ao cheiro e ao trabalho pesado. Essa associação, longe de ser apenas simbólica, tem efeitos concretos, como o estigma e o preconceito relatados pelos moradores do Alto, que enfrentaram barreiras no campo das relações sociais e afetivas dentro da própria cidade.

Assim, compreender o matadouro e a urbanização de Triunfo significa também compreender como se produzem práticas de racismo no interior do Brasil. Essa perspectiva amplia o olhar sobre o urbano, mostrando que não apenas as grandes capitais sofreram com políticas excludentes, mas também cidades interioranas, que reproduziram, em menor escala, modelos de segregação socioespacial e racial. Nesse sentido, o estudo contribui para uma leitura mais crítica do urbanismo brasileiro, que frequentemente ignorou as populações negras e pobres em nome do “progresso”.

Além disso, a pesquisa reforça o papel da memória como elemento fundamental na reconstituição da história urbana. As entrevistas com moradores revelaram um patrimônio imaterial rico, que inclui narrativas sobre a infância no matadouro, o cotidiano marcado pela presença do sal e as práticas culturais originadas no bairro. Esses relatos são fundamentais porque desafiam a história oficial, inserindo novas vozes no debate e mostrando que a cidade é construída também pela experiência dos que resistem às margens.

Por fim, cabe destacar que este trabalho não se encerra em si mesmo, mas abre caminhos para novas pesquisas e reflexões. A relação entre urbanização e exclusão em Triunfo ainda pode ser explorada sob diversas perspectivas, como a questão do turismo, das políticas públicas atuais e da preservação da memória. Mais do que um exercício acadêmico, trata-se de um compromisso ético e político: dar visibilidade às histórias do Alto da Boa Vista e reconhecer sua centralidade na formação da cidade.

Em síntese, ao problematizar o processo de urbanização de Triunfo, evidencia-se que o verdadeiro triunfo da cidade não está apenas em seus casarões ou no seu centro histórico, mas na resistência de comunidades que, mesmo diante do estigma e da marginalização, criaram cultura, identidade e pertencimento. O Alto da Boa Vista, longe de ser periferia cultural, se afirma como coração pulsante de Triunfo.

Referências bibliográficas

Azevedo, Aluísio. 2019. *O Cortiço*. Jandira, SP: Principis.

Benjamin, Walter. 1994. *Obras escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Brasiliense.

Calvino, Italo. 1990. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.

Campos, Nilda. 2003. *Cine–Teatro Guarany*. Recife: Edição do autor.

Campos, Wanessa. 2023. *Theatro Cinema Guarany: 100 anos*. Recife: Cepe.

Certeau, Michel de. 1998. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.

Chartier, Roger. 2002. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

Halbwachs, Maurice. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

Harvey, David. 2014. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Boitempo.

Le Goff, Jacques. 2011. *Em busca do tempo sagrado: Jacques de Voragine e a Lenda Áurea*. Paris: Perrin.

Lefebvre, Henri. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Maricato, Ermínia. 2000. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil.” Em *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Otília Arantes, Carlos Vainer, e Ermínia Maricato (orgs). 121–192. Petrópolis: Vozes.

Moura, Clóvis. 2019. *Sociologia do negro brasileiro*. Vol. 4. São Paulo: Perspectiva.

Nora, Pierre. 1993. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.” *Projeto História* 10 (dezembro): 7–28.

Oliveira, Reinaldo José de, e Regina Marques de Souza Oliveira. 2015. Origens da segregação racial no Brasil. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, n. 29. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/alhim.5191>. Acesso em: 16 dez. 2025.

Pesavento, Sandra Jatahy. “História, memória e centralidade urbana.” *Mosaico* 1, no. 1 (2008): 3–12.

Rolnik, Raquel. 1997. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel.

Santos, Milton. 1979. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Vera Lúcia Xavier, e Lucena Filho, Severino Alves. 2017. “Careta de Triunfo/PE, folkmarketing e desenvolvimento local”. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* 13, no. 24 (2017): 232–243. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/252>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Vasconcelos, André. *Triunfo – PE: Uma análise da relação entre desenvolvimento, turismo e missão no Sertão do Nordeste*. 2018. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB.

Zucconi, Guido. 2015. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva.

Entrevistas¹⁸

Dona Maria, 03 de outubro de 2024, Triunfo – PE.

Jane, em 03 de julho de 2024, Triunfo – PE.

Maria de Souza, em 14 de julho de 2025, Triunfo – PE.

Mestre Nino, em 01 de julho de 2024, Triunfo – PE.

Nice, em 28 de outubro de 2024, Triunfo – PE.

¹⁸ Como já foi informado anteriormente, será utilizado codinomes para preservar a identidade dos entrevistados